

18-09-2012

Setor Elétrico 2012

unidade na luta

DIAS PARADOS

Interlocutores da Eletrobras rompem acordo firmado durante as negociações do ACT, levando insegurança a milhares de trabalhadores(as) e deixando no ar a pergunta: quem fala em nome da empresa?

A direção do Sintergia lamenta a atitude da Eletrobras de estabelecer um calendário de compensação dos dias parados durante a Campanha Salarial de 2012, descumprindo o “acordo de cavalheiros” firmado no encerramento das negociações do Acordo Coletivo nacional.

Esse “acordo de cavalheiros” previa que 60 dias após o fechamento do ACT a questão dos dias parados seria negociada lembrando que, historicamente, isso sempre foi resolvido de forma harmoniosa, garantindo o pagamento do período da paralisação, até porque os Sindicatos sempre tiveram a preocupação de não prejudicar a população ao manter em funcionamento os setores essenciais.

Nesse sentido, a atitude da empresa (que debita a iniciativa ao Governo) coloca em risco o ambiente de mútua confiança que sempre permeou as negociações não só do ACT, mas de todos os problemas tratados pelas partes.

Imediatamente após saber do ocorrido, a direção do Sintergia procurou a direção da Eletrobras solicitando marcação de reunião para tratar do assunto e cobrar o cumprimento do tal “acordo de cavalheiros”.

Argumentações em favor do não desconto dos dias parados não faltam.

A começar pela intransigência dos interlocutores da empresa à mesa de negociação, que foi o fator preponderante para que o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) decretasse greve por tempo

indeterminado para romper a falta de diálogo que jogava na vala comum conquistas históricas da categoria.

Não é demais lembrar que não são poucos os problemas tratados e resolvidos entre empresa e Sintergia através do diálogo, evitando a instauração de proces-



sos longos e onerosos para os cofres públicos, com a criação de passivos trabalhistas.

A direção do Sintergia sempre esteve e sempre estará aberta ao diálogo, mas para isso é fundamental que haja confiança entre as partes e que os “acordos de cavalheiros” sejam cumpridos, demonstrando a confiança e respeito mútuos.

A palavra está com a empresa.

Mas a luta continua!

Sintergia é contra

A direção do Sintergia sempre respeitou a autonomia entre as entidades representativas dos(as) trabalhadores(as) e jamais se negou a atuar em conjunto com os demais sindicatos e associações para fortalecer a defesa da categoria.

Mas a responsabilidade por atitudes isoladas de cada entidade é particular e não coletiva.

Nesse sentido, cabe esclarecer que a direção do Sintergia não convocou, não foi informada e não teve qualquer participação em reunião realizada no auditório de Furnas para tratar da cobrança de honorários advocatícios de um ex-prestador de serviços do Sindicato na área da assessoria jurídica, que teve seu contrato rescindido e portanto não tem conosco qualquer vínculo.

Se ainda resta qualquer dúvida, que fique bem claro:

A direção do Sintergia é contra o pagamento de 20% a título de honorários advocatícios no processo de redução dos interníveis, que foi tratado entre Sindicato e empresa, tratandao-se, portanto, de processo administrativo.

Queremos a revisão do PCCR para garantir os direitos da categoria como um todo e a consequente correção de distorções ocorridas durante a sua implantação.

Reafirmamos:

Tal reunião não foi convocada pela direção do Sintergia e se alguém falou em nome do Sindicato o fez de forma indevida.

Existem pessoas que têm mandato como dirigente do Sintergia e ao mesmo tempo têm mandato em associações e afins, mas não se pode misturar as coisas.

Cabe a estas pessoas deixar bem claro em nome de que instituição estão falando, responsabilizando-se pelas atitudes tomadas.

Mais uma vez reafirmamos:

O referido ex-prestador de serviços na assessoria do Sindicato foi demitido e não atua mais em processos do Sintergia.

A reunião convocada para tratar do pagamento dos honorários desse profissional, portanto, é de responsabilidade da entidade que a convocou sem nenhum vínculo com a direção do Sintergia.

Que cada entidade assuma a sua responsabilidade.

A quem interessa essa tal reestruturação?

Furnas fez questão de anunciar através da grande imprensa uma reestruturação que deve ter começado ontem, trazendo um rol infinito de incertezas e deixando no ar inquietação de todos os interessados no futuro da empresa e do País.

Mais uma vez, Furnas apela para um programa voluntário de demissões, mas ninguém sabe se a reposição de mão de obra qualificada está garantida.

O atual presidente da empresa é funcionário de carreira e sabe que mão de obra qualificada para o Setor Elétrico não se repõe do dia pra noite e que são precisos anos para se formar um técnico que possa operar o sistema com tranquilidade e segurança.

A matéria publicada em "O Globo" do dia 14 de setembro traz uma série de números e fala de salários em torno de R\$ 20 mil a R\$ 30 mil tentando (como sempre faz a grande imprensa)

debitar a trabalhadores as mazelas pelos custos operacionais da empresa.

Os problemas enfrentados por Furnas (e pelo Setor Elétrico como um todo) passam ao largo da questão salarial.

Problemas, e muitos, existem pela utilização política da empresa e pela ocupação de cargos de caráter estratégico por pessoas que não têm nenhum comprometimento com Furnas e, conseqüentemente, com o País.

É preciso coragem para atacar os verdadeiros problemas sem jogar para a grande imprensa que corte de salários são a solução.

É lamentável que as entidades representativas dos trabalhadores e o quadro funcional não tenham participado efetivamente da discussão desta reestruturação.